

ADRIANO MOREIRA

O tema da lusofonia talvez seja mais rigorosamente enunciado falando sempre da questão da língua e da cultura portuguesa. Isto porque, seguindo uma tipologia que proponho há anos, existem comunidades de língua portuguesa, comunidades descendentes de portugueses onde a língua guarda recordações, e comunidades filiadas na cultura portuguesa cuja língua matricial é outra.

À primeira espécie pertencem, aceitando um conceito formal amplo, os países que adoptam o português como língua oficial, tendo o Brasil como exemplo mais acabado; as comunidades descendentes de emigrantes que sofreram, para seu benefício, o processo da integração nos países do destino, como aconteceu na Califórnia e na Nova Inglaterra, ou que ainda estão na primeira fase da aculturação, como por regra acontece no espaço da União Europeia, tendem para dar continuidade à segunda espécie; finalmente, terras e gentes por onde passaram a soberania e a evangelização, como acontece no Oriente, deixando padrões e modelos de comportamentos, mas onde a identidade é marcadamente dependente de outras áreas culturais, obrigando a considerar a necessidade de defender e desenvolver tal herança exercitando língua diferente da portuguesa. É o que se passa no vasto Pacífico, não obstante os casos de Macau e de Timor, e tende para se passar no Índico onde Goa é ainda uma referência desafiante de transição.

A língua é o elemento quantitativa e qualitativamente mais importante desta complexa relação, mas a cultura corresponde ao denominador mais abrangente de todas as comunidades portuguesas, descendentes de portugueses, ou filiadas nos valores portugueses.

Não vamos ter aqui oportunidade de meditar sobre a relação dramática, que os emigrantes vivem no processo de aculturação, entre mudar de língua e mudar de Pátria, sem perder a memória.

Recordo a este propósito algumas páginas amargas de Jorge Semprun, exilado jovem de Espanha por razões ideológicas, destinado aos campos de concentração pela dinâmica nazi, obrigado a enfrentar o desafio a que deu expressão no livro que chamou *L'écriture ou la vie* (1994). Diz: «não tinha escolhido as minhas origens, nem a minha língua materna. Ou antes, tinha escolhido uma, a francesa. Dir-me-ão que a isso tinha sido constringido pelas circunstâncias do exílio, do desenraizamento».

1 As Comunidades de Cultura Portuguesa

Pela década de sessenta, quando a alguns pareceu evidente que era inadiável criar um novo conceito de relacionamento para todas as comunidades de cultura portuguesa, foi a pioneira Sociedade de Geografia de Lisboa que mais uma vez tomou a iniciativa, com forte apoio da sociedade civil.

Os dois Congressos que se realizaram, o primeiro em Lisboa e o segundo em Moçambique, cujas actas se encontram publicadas, produziram um acervo de meditações e propostas que hoje documentam um capítulo da crónica de tempo perdido, algumas delas eventualmente reencontradas ou reinventadas pelos que felizmente se devotaram a reconstruir, neste fim de século, uma nova forma de convívio entre todos os povos que habitam o antigo império ou peregrinam emigrados em terra alheia.

Passadas três décadas sobre aquelas realizações da Sociedade de Geografia, que viu cortadas as possibilidades de continuar, e na sequência do entretanto e louvavelmente instituído Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, fui intervir em 1996 na celebração levada a cabo em S. Vicente de Cabo Verde, aqui por iniciativa da Câmara Municipal à qual preside o Doutor Onésimo da Silveira.

Não mencionarei encontros que dizem respeito a experiências, lembranças e afectos que são pessoais, mas é necessário deixar alguma nota sobre este ritual instituído para, ao redor da terra, reanimar e fortalecer os elementos de uma cultura comum, ela sim com a vocação da eternidade, para além das contingências que afectam regularmente os Estados e a consistência dos regimes.

Não se trata em S. Vicente de administrações nostálgicas a recuperar de eventuais desgostos do trajecto político e histórico, são representantes eleitos pelo povo para governar os interesses públicos em completa identificação com o tempo e o modo do novo Estado. Neste caso, com uma longa e variada experiên-

cia internacional, nos quadros da ONU, e em ambientes tão diversos como os da Etiópia e da China. E finalmente o regresso a casa como geralmente ambicionaram os que foram levados a procurar longe melhores oportunidades de realização, de novo o envolvimento nos hábitos, nas tradições, nos projectos e nas carências, que todos fazem parte da identidade nunca abandonada, esta o laço que mantém unidos os grupos instalados nas mais variadas latitudes, todos preocupados com a terra de origem, alimentando uma teia de solidariedades que nenhuma tecnocracia será capaz de racionalizar e compreender.

Uma teia que, no caso específico das comunidades de cultura portuguesa, nem todas com expressão em Estados, transforma em referências globais, sem dependência de soberanias ou nacionalidades, alguns dos nomes significativos da história, da tradição da cultura portuguesa. Por toda a parte se encontram representados, nas sedes das associações de emigrantes, nos círculos culturais, nas instituições públicas, Luís de Camões, Vasco da Gama, Santo António, com variantes regionais, e, sobretudo no Brasil, um recém chegado que é o Almirante Gago Coutinho, o qual bem merecia ser melhor lembrado em Lisboa.

No Mindelo, nas comunicações desse ano do referido Dia de Portugal, pôde ser ouvido o velho professor Francisco Lopes da Silva falar, perante uma audiência interessada e participante, sobre a vida e obra de Luís de Camões, não apenas o poeta nacionalmente português, mas o poeta português que todos reclamam como seu à medida que as autonomias e separações políticas se consolidam. Entre mais coisas, disse o seguinte:

[...] por isso mesmo, por ser autêntica, permanece e há-de permanecer sempre esta ligação afectiva entre os nossos dois povos, [...] ligação que é parte natural dessa convivência, miscigenação e história comum de cinco séculos, cimentada por uma língua também comum, [...] Vem a talho de foice, recordar que o próprio Amílcar Cabral, ao referir-se, numa das suas obras, à língua portuguesa, deixou escrito sabiamente que ela foi uma das maiores heranças que os portugueses nos deixaram.

Em Angola, o facto de a língua ser a do apostolado ajuda a que, com a intervenção activa da Igreja Católica, sejam ambas traves fundamentais da unidade do Estado, não obstante a longa guerra.

Em Moçambique, rodeado o Estado de povos de língua oficial inglesa, e dependentes do sistema económico e de serviços da região, a língua é um amparo da diferença e da identidade específica.

2 Francofonia

O esforço e a prática na área da francofonia, esta tendo muitas semelhanças com a área da língua portuguesa, são certamente susceptíveis de fornecer exemplos mais úteis do que a prática alemã baseada no Instituto Goethe, condicionada por diferentes história e programas, e poderão aquelas apoiar a compreensão das dificuldades que necessariamente vai enfrentar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com o devido desconto, como aconselhava o caçador de Domingos Monteiro, ao admitir que não dispunha de uma arma bem calibrada, mas asseverando que tinha aprendido a usá-la.

Não é aconselhável acompanhar a inspiração de tradição gaulista que levou recentemente a fazer apelo a uma francofonia “subversiva e imaginativa” que influencie os acontecimentos internacionais, mas parece indicado aproveitar deste incitamento a clara indicação de que, sem decisão e credibilidade do aparelho do poder acompanhado pela adesão das entidades privadas, os projectos deste tipo correm o risco de terem apenas um futuro burocrático.

É evidente que a França, para além da francofonia, e sobretudo no que respeita à África negra, guardou funções que tem conseguido desempenhar sem qualquer censura internacional, designadamente a de gendarme de uma certa ordem pouco reconduzível a modelos académicos. Teve mais de uma vez intervenção militar na regularização da legitimidade do poder político em Estados que foram colónias do Império colonial francês, sem que a temática difícil da jurisdição interna tivesse produzido qualquer embaraço digno de menção, parecendo-lhe reconhecida uma como que autoridade natural.

A capacidade financeira e tecnológica que lhe permitem uma intervenção específica e independente para além da intervenção institucionalizada nas convenções de Lomé, dentro da política global da União Europeia, atrai para a sua área Estados como S. Tomé, Guiné-Bissau e Cabo Verde, atentos às realidades da geografia e da política, e tendo aprendido duramente que com os factos não se discute. Que estes factos amparam decisivamente o projecto cultural e político da francofonia parece indiscutível, e por isso não pode esperar-se que os resultados sejam equiparáveis aos de estruturas semelhantes, mas onde essa capacidade directora não existe, embora no modelo da lusofonia se inscrevam Estados com extraordinárias potencialidades. Daqui a necessidade do devido desconto, mas que deixa larga margem para reconhecer que será nos valores culturais que encontramos a trave mestra de todo o conceito estratégico adoptado.

Na Cimeira Francófona, que se realizou em Paris em 1991, instituíram o Conselho Permanente da Francofonia (CPF), um organismo destinado a coor-

denar as actividades da comunidade de Estados, no intervalo das conferências de Chefes de Estado e de Governo envolvidos, e que partilham o francês. Estados como o Egipto, a Tunísia e a Mauritânia consideram importante não estar ausentes e, finalmente, a Conferência de 1995 em Cotonou, no Benin, decidiu que em 1997, na reunião que terá lugar em Hanoi, no Vietname, será criado o cargo de Secretário Geral.

O anúncio é o de que este órgão falará em nome de 49 países membros da francofonia, com o objectivo confessado de ter «uma face, uma voz, uma autoridade que o faça ouvir no concerto das Nações». A estratégia é clara, foi desenvolvida com persistência, e sem ignorar as dificuldades de monta que podem frequentemente, e até definitivamente, afectar a marcha futura: partir das afinidades culturais que até agora foram valorizadas como um cimento institucional, para avançar audaciosamente, passados estes poucos anos de experiência, no sentido de estar na vanguarda internacional da inovação política, económica e social do nosso tempo.

O Presidente Chirac, que mostra, de vez em quando, ter uma concepção da política comum europeia, como adjuvante da política independente francesa, fala do «novo ideal político afirmativo de uma identidade política», não hesita em garantir a alimentação orçamental, declara-se adverso do “monoculturismo mundial”, e faz da língua uma bandeira dos tempos modernos, convocando e exigindo aos servidores do Estado que defendam o estatuto internacional do francês, de facto ordenando-lhes que contrariem o predomínio crescente do inglês nas organizações internacionais, e nas missões multinacionais incluindo as de prevenção dos conflitos, restauração e manutenção da paz.

O realismo aconselha a medir as capacidades disponíveis em áreas como as da língua portuguesa, para que os projectos tenham a dimensão do exequível, mas é igual a necessidade de o mesmo realismo admitir que tornar internamente coerentes os interesses, as sensibilidades, e as urgências dos Estados envolvidos, não é tarefa fácil, mas que também nada tem de desanimadora. Com a devida prudência, o primeiro capital é a decisão e a credibilidade, e a convicção fundada e assumida de que os grandes espaços culturais tendem para amenizar as dependências que sobretudo afectam as pequenas potências, obrigadas a acompanhar as exigências internacionais nas áreas da segurança ou da economia em que os directórios têm larga oportunidade de exercício.

A decisão e credibilidade que apenas se afirmam no caso de não haver esquecimentos, que por vezes parecem bem lembrados, das condições reais da teia de interesses nacionais e internacionais.

3 Os esquecimentos bem lembrados

O desaparecimento de Darcy Ribeiro, que mereceu discreta menção nos noticiários que se ocupam da solidariedade entre Portugal e o Brasil, poderia ser uma oportunidade de meditar serenamente sobre a evolução e perspectiva da longamente desejada relação privilegiada. Foi um conceito que a Inglaterra usou frequentemente para avaliar a sua posição em face dos EUA, e do qual parece afastar-se progressivamente, ou silenciar a referência, à medida que as exigências do processo europeu ganham precedência.

Na década de quarenta, quando da celebração do nosso duplo centenário da Fundação e da Restauração, e sem qualquer atenção ao desastre europeu então em curso, o conceito da relação privilegiada foi dominante. Formalmente assim aconteceria ainda na década de sessenta, quando os tratados da Comunidade entre os dois países foram lidos excessivamente pela opinião pública como tendo instituído uma dupla nacionalidade, mas então não era já explicável ignorar que os conceitos estratégicos de ambos os países entraram em colisão, especialmente por causa da questão colonial e do alinhamento terceiomundista, um tópico rudemente esclarecido junto do governo português pelo breve Jânio de Quadros.

De então em diante, com alguma semelhança ao que se passou na relação anglo-americana, a questão dos interesses do Estado brasileiro e dos seus projectos na cena internacional alargou naturalmente a distância da questão do património histórico e cultural comum, permitindo secundarizar este último quando os primeiros o exigem. Algum desconforto apareceu reflectido nos comentários suscitados por declarações do Presidente do Brasil, logo após a assinatura do Tratado que instituiu a Comunidade dos Estados de Língua Portuguesa, a qual foi omitida na enumeração dos objectivos de política externa do seu governo.

Mais recentemente, as declarações do seu Ministro das Relações Exteriores, que identificaram a Itália como parceira preferencial nas relações com a União Europeia, podem, por frágil diplomacia, ser atribuídas a simples descuido ou imperfeição do discurso, mas talvez seja realista meditar sobre a hipótese do descuido bem cuidado.

Por isso é de lembrar Darcy Ribeiro que, numa linha retomada pelo dispensado embaixador José Aparecido, percebeu cedo a urgência de dar tratamento autónomo e aprofundado às relações culturais, para assegurar uma revisão saudável na área dos interesses que progressivamente ligam os dois países a grandes espaços institucionalizados, mas diferentes.

Quando, por incumbência de Jucelino K. de Oliveira, dentro do grandioso projecto destinado a arrastar o Brasil da Costa para o Planalto, organizou a Universidade de Brasília, já Darcy Ribeiro era um crítico escutado da colonização portuguesa e do colonialismo europeu, inspirador da nova linha que procede à revisão do património comum, e da sua relação com os futuros possíveis dos povos de língua portuguesa. Tinha a seu lado Agostinho da Silva, o último pregador do Quinto Império, ao qual confiou a organização e direcção do Centro de Estudos Portugueses, instalado numa das provisórias construções que abrigaram a promissora nova instituição. Para esse Centro, a solicitação empenhada e participante de Almerindo Lessa, pude organizar e enviar uma valiosíssima biblioteca, hoje integrada, com identidade perdida, na Biblioteca Geral.

Agostinho conseguiu que atribuissem um dos terrenos do plano urbanístico do Campus à construção de uma sede definitiva do Centro, necessariamente encargo do orçamento português. Sabedor das costumadas delongas e descuidos, e para assim garantir a posse, instalou-se o Mestre numa barraca que lá mandou construir com materiais de fortuna para habitação sua, e em cuja porta uma inscrição advertia que tinha capacidade para mil quilos ou dez pessoas.

Ali, ao ar livre, recebia os amigos, nas noites incomparáveis do Planalto, quando entendia honrar alguma visita, ou discorrer sobre qualquer problema. Talvez a incapacidade de compreender a distinção entre o cuidado com o património comum, e a livre discordância com os projectos políticos, tenha contribuído para dar tempo perdido à chegada da Revolução de 64, à partida de Darcy para outros combates, à retirada de Agostinho, ao desaparecimento do Centro, e ao esquecimento dos cuidados. Cuidados com o património comum dos Estados de língua portuguesa, que reanimaram com a iniciativa principalmente devida a José Aparício, mas que algumas vezes parecem de novo vítimas dos esquecimentos bem lembrados.

Neste esquecimento se inclui a falta de meditação e teorização do facto de que a cultura portuguesa, incluindo a língua, é para o Brasil, e para os outros Estados da lusofonia, apenas uma componente, embora qualitativamente importante, do seu património cultural nacional que inclui herança ameríndia, africana, italiana, alemã, japonesa, pelo que a relação privilegiada da década de quarenta sofre os desafios das novas estruturas políticas irrecusáveis: o Brasil não poderá deixar de pertencer ao Mercosul; a Guiné Bissau, Cabo Verde e S. Tomé, ao espaço da francofonia em que entraram; Moçambique à Comunidade Britânica; Goa à integração na União Indiana; Macau à integração na China; Timor com o destino que for possível salvaguardar.

4 A língua e as armas

A questão da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa que a precedeu em data de instituição e acompanha na necessidade de desenvolvimento, abrangem, no seu conceito, a maior parte dos problemas que o tema suscita, mas não os esgotam. Por exemplo, parece necessário encarar o desafio em que se traduz a defesa da cultura portuguesa em regiões onde não será em português que as intervenções úteis serão mais necessárias como certamente acontecerá no Oriente, com maior evidência a partir do arriar da bandeira em Macau, porque se tornará mais premente a temática das comunidades filiadas na cultura portuguesa, mas sem definição que imponha o uso da língua.

Por razões diferentes, e sem qualquer semelhança da conjuntura, o português enfrentará obstáculos sistemáticos à importância da sua função nas estruturas atlânticas e europeias, políticas e de segurança, NATO, UE, UEO, à medida que se acentuar o alargamento da área de responsabilidades, a quantidade de povos envolvidos, e o número de estruturas criadas para sustentar as intervenções que forem necessárias. Vejamos um exemplo. O general britânico Michael Walker, que em 1994 foi nomeado Comandante Chefe do Corpo de Reacção Rápida da NATO, dizia, ao pronunciar-se sobre as principais dificuldades para trabalhar com uma unidade multinacional:

[...] a um nível básico, mas fundamental, a questão da língua é a capacidade de interpretar o que se pretende significar. Esta é uma dificuldade chave se, por exemplo, se emite uma ordem através do Estado Maior multinacional na Bósnia ao Quartel General francês para ser transmitida ao comando da Brigada espanhola Medjugorje. Neste caso, algumas vezes, a transmissão das intenções pode ser equivocada. De modo que necessitamos clareza e tratar as coisas mais lentamente. Creio que esta é a área de maiores dificuldades. As outras dificuldades são as tradicionais questões militares, que superamos sem nenhum problema real.

A recente criação da EUROFOR, com certidão oficial de nascimento lavrada na Praça da Senhoria de Florença em 9 de Novembro último, mais uma vez levanta a questão do destino europeu da língua portuguesa, um problema que tem de ser encarado com realismo e frieza. Fôra em Lisboa, em 15 de Maio de 1995, que os ministros de defesa da Espanha, França, Itália e Portugal, estando reunido o Conselho Ministerial da UEO, fizeram conceitualmente nascer as Euromarfor (forças marítimas) e a Eurofor (forças terrestres), forças multinacionais para essencialmente se ocuparem das intervenções humanitárias e de manutenção da paz.

A experiência começou usando o espanhol, o francês e o italiano como línguas de trabalho, acrescentando o que chamaram franciñolo, uma mistura programada. O português não foi considerado. É preocupante que os avisos do general não tenham aqui validade, e não é fácil organizar um responsável corpo de tradutores que ajudem a entender os riscos e os deveres da nova condição militar. Se for irreversível a exclusão do português.

5 Os trópicos no século XXI

É porém nos trópicos que o desafio da preservação, desenvolvimento, e mobilização do património de origem portuguesa é mais agudo e instantâneo.

Depois da assinatura do tratado que institui a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi do Brasil que vieram escassas notícias de uma iniciada meditação sobre os futuros possíveis a viver em comum pelos signatários, e mais raras são por enquanto as instituições portuguesas que tenham assumido a investigação e os debates sistemáticos e metódicos sobre o novo compromisso.

Por isso merecem atenção as jornadas que as fundações Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre do Recife, em conjunto com as Fundações Oriente e Universidade Internacional de Lisboa, recentemente levaram a cabo no Convento da Arrábida e que tiveram por tema a prospectiva da situação dos trópicos no século XXI.

Várias razões se conjugam para que a iniciativa tenha aparecido no Recife, designadamente a herança gilbertiana que aquelas fundações brasileiras receberam e preservam, embora demonstrando que assumiram a renovação da problemática, dos termos de referência e dos objectivos, uma clara exigência das mudanças que entretanto se verificaram na área geográfica que Josué de Castro chamou da geografia da fome.

Embora seja pressuposto que as instituições agora envolvidas na avaliação da área não podem assumir a participação em qualquer projecto político, mesmo enquadrado por um tratado, é exigível que os condicionamentos políticos sejam incluídos entre as variáveis a tomar em conta, porque prioritários em mais de um dos Estados e regiões referenciados. Os valores culturais, as heranças históricas participadas pelos antigos colonizadores ocidentais, os sincretismos e as miscigenações, tudo aparece marcado no tecido social que se desenvolveu, matizado pelas diferenças, em séculos de enquadramento imperial, ao qual é referido um passivo de dependência económica, de eventual discriminação étnica, de minorização cultural.

Foi dominante, e ainda se manifesta com vigor em análises correntes, a perspectiva que se traduz em atribuir a esse passivo dos regimes coloniais a exclusiva responsabilidade causal pelas gravíssimas desordens políticas, econó-

micas e sociais que alastram pelos trópicos, onde não faltam também as guerras por procuração no interesse das grandes potências.

Não vale a pena tentar excluir aquela causalidade do exame, mas também parece irrealista pretender que os actuais confrontos, com dramático pico na situação do Zaire, não se filiam directamente nas decisões e vontade das forças locais envolvidas, que lutam pelo poder sem contemplações e com referência exclusiva aos seus interesses e modelos culturais.

A longa teoria de conflitos armados que, desde as independências outorgadas em execução da carta da ONU, se desenvolveu ininterruptamente até aos genocídios agora executados na área dos Grandes Lagos, foi uma das questões que suscitou a atenção geral dos participantes.

Uma tarefa exigente, mas salvo conseguindo eficácia suficiente nessa vertente do conceito ali adoptado de desenvolvimento integral, político, económico, e social, tudo o mais parece destinado a fracos resultados.

Porque dela depende a possibilidade de avançar com o programa do governo pelo consentimento, a fórmula que parece mais abrangente do objectivo também internacional da democratização dos regimes nas áreas tropicais. Um objectivo que se considerou tributário das culturas regionais, e não devendo orientar-se pelo objectivo de impor modelos experimentados, embora com êxito, pelos ocidentais. O seminário orientou-se finalmente para a necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento com equidade, que afaste as queixas e também os factos das dependências injustas. A convergência dos intervenientes no seminário da Arrábida foi no sentido de que existem três exigências prioritárias para organizar uma nova ordem nas áreas tropicais, e que são o desarmamento e a paz, a implantação de governos pelo consentimento, e o desenvolvimento com equidade, tudo vertentes em que a cooperação do Norte afluente é necessária, mas a decisão local é essencial.

6 Uma avaliação da conjuntura

Tentando fazer uma avaliação da conjuntura, talvez tenha alguma utilidade destacar os seguintes pontos:

- a) A preservação e o fortalecimento do património cultural português espalhado pelo mundo não tem sempre associada a defesa e uso da língua. Muito especialmente no Oriente, nas comunidades filiadas na cultura portuguesa, esse objectivo vai exigir a utilização estratégica de outras línguas;
- b) Nos grandes espaços de integração política de Portugal vai crescer a tendência de o português não ser considerado língua de trabalho, desi-

gnadamente nas áreas da Aliança Atlântica e da União Europeia. Uma política do tipo das que inspiram o Instituto Goethe, e a Alliance Française, a introdução do português nos esquemas pedagógicos europeus das três línguas obrigatórias, a criação de uma apetência editorial estrangeira pela contribuição literária e científica dos criadores portugueses, oferecem referências de meditação;

- c) Para as comunidades descendentes de portugueses, cujo destino feliz é a completa integração nos povos de destino, como acontece com os EUA ou o Canadá, a preservação da memória das raízes parece uma exigência da defesa do património cultural, mesmo que a manutenção de um espaço da língua portuguesa tenha obstáculos evidentemente muito superiores ao da hispanidade, incluindo o uso do castelhano, em crescente expressão nos EUA;
- d) Finalmente, e no que respeita aos trópicos, devem salientar-se estas circunstâncias da conjuntura: 1) no que toca ao Brasil, admitir que a antiga relação privilegiada está em redefinição, que a língua portuguesa é parte qualitativamente importante de um património que inclui assumidas e importantes heranças de origem ameríndia, africana, alemã, japonesa, italiana, que influem a definição do conceito estratégico nacional brasileiro, e exigem uma maior criatividade, agressividade, e eficácia portuguesas; 2) reconhecer que, nos territórios da descolonização deste século, a questão prioritária é a do reconhecimento de que a queda de um sistema político imperial não faz desaparecer a área cultural dentro das suas antigas fronteiras, e que a cooperação deve aparecer como valor fundamental, superando a memória dos conflitos; 3) a urgência de analisar a experiência da adesão a grandes espaços diferenciados, por vezes contraditórios, dos vários novos Estados e também de Portugal, acrescendo o novo tipo de competição internacional que se desenvolve nesses territórios; 4) esta competição exige, como na UE, avaliar as oportunidades e capacidades de ter presença qualitativa nas intervenções institucionais, e salvaguardar um espaço de acção individualizada na vertente da política externa comum de cooperação. Sobretudo não ignorar que os países de maiores capacidades tendem para inverter o sistema, fazendo da chamada política comum um instrumento dos seus interesses privativos; 5) finalmente recuperar a autoridade da presença pela cooperação em todas as missões de restabelecimento e manutenção da paz, designadamente usando as forças armadas; 6) recuperar a política da atracção das elites aos centros

universitários portugueses, porque cada graduado é um multiplicador; 7) criar instituições difusoras da língua portuguesa nos grandes centros, de onde parta o apoio para as instituições privadas que aparecem nos territórios; 8) difundir o livro, a imprensa, e a intervenção das redes de televisão; 9) demonstrar pela acção que, não obstante a inevitável pertença a grandes espaços diferenciados, o grupo linguístico destes Estados ganha significado e peso em todos os organismos internacionais em que o modelo de assembleia tem de funcionar: são os casos da ONU, das organizações especializadas como a UNESCO, a OMS, a FAO, o BIT, porque é ali que os pequenos Estados demonstram que o número tem algum significado nos mecanismos democráticos de decisão, e que a participação na mesma língua soma, ao número dos Estados, a autoridade dos valores em que inevitavelmente participam.

Adriano Moreira é Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. É Professor reformado do ISCSP da Universidade Técnica. É Professor da Universidade Católica e do Instituto Superior Naval de Guerra.